

(AINDA) PRECISAMOS FALAR SOBRE A CEVA: OS ANIMAIS NÃO HUMANOS COMO TRABALHADORES NO TURISMO DO PANTANAL

WE (STILL) NEED TO TALK ABOUT THE BAITS:
NON HUMAN ANIMALS AS WORKERS IN PANTANAL'S TOURISM

(TODAVÍA) TENEMOS QUE HABLAR DEL CEBO: ANIMALES NON HUMANOS
COMO TRABAJADORES EN EL TURISMO DEL PANTANAL

Eveline Teixeira Baptistella¹

Recibido: 31/03/2021 | Aceptado: 09/09/2021

¹ Doutora em Estudos de Cultura Contemporânea (UFMT). Professora efetiva do Curso de Jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). ORCID: 0000-0001-6292-3159. evelineteixeira@unemat.br

Resumo

O presente artigo busca refletir sobre a questão dos animais não humanos silvestres enquanto trabalhadores no turismo de observação de vida livre a partir de etnografia multiespécies realizada no âmbito do Pantanal Norte-MT. Partindo de um contexto de revisão das relações entre espécies na sociedade contemporânea, discutimos a premissa de liberdade dos animais não humanos nas atividades turísticas e seus efeitos na construção de um imaginário de convivência harmônica entre animais humanos e não humanos, avançando pelo debate sobre as práticas nas quais o trabalho animal é legitimado e suas implicações entre os atores do turismo. Os dados foram analisados à luz de um referencial teórico interdisciplinar que marca os estudos animais. Os resultados apontam que o turismo oferece uma rede de proteção aos animais não humanos que é condicionada à expressão de comportamentos de submissão e as vulnerabilidades que tal trabalho proporciona são, geralmente, relativizadas.

Palavras-chave: estudos animais; etnografia multiespécies; trabalho animal; Pantanal; animais.

Abstract

This article aims to reflect on the issue of non-human wild animals as workers in wildlife tourism based on multispecies ethnography carried out within the Pantanal Norte (MT). From a context the relations between species review in contemporary society, we discuss the premise of freedom of non-human animals in tourism and their effects on the depiction of a harmonious coexistence between human and non-human animals imaginary, advancing the debate about the practices in which animal work is legitimized and its implications among tourism actors. The data were based on an interdisciplinary theoretical framework that marks animal studies and the results indicates that tourism offers a safety net to non-human animals, which is conditioned to the expression of submissive behaviors and the vulnerabilities that such work provides are generally relativized.

Keywords: animal studies; multispecies ethnography; animal work; Pantanal; animals.

Resumen

Este artículo busca reflexionar sobre el tema de los animales salvajes no humanos como trabajadores en el turismo de observación de vida libre basado en la etnografía multiespecífica llevada a cabo dentro del Pantanal Norte (MT). Partiendo de un contexto de revisión de las relaciones entre especies en la sociedad contemporánea, discutimos la premissa de la libertad de los animales no humanos en las actividades turísticas y sus efectos en la construcción de un imaginario de convivencia armoniosa entre animales humanos y no humanos, avanzando en el debate sobre las prácticas en las que se legitima el trabajo animal y sus implicaciones entre los actores turísticos. Los datos fueron analizados a la luz de un marco teórico interdisciplinario que marca estudios en animales y los resultados indican que el turismo ofrece una red de seguridad relacionada con animales no humanos que está condicionada a la expresión de comportamientos de sumisión y las vulnerabilidades que este tipo de trabajo proporciona generalmente se relativizan.

Palabras clave: estudios animales; etnografía multiespecífica; trabajo animal; Pantanal; animales.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as relações de trabalho entre animais humanos e não humanos no contexto do turismo a partir das atrações de observação de vida silvestre ofertadas no Pantanal Norte (Mato Grosso [MT]). A análise é baseada na proposta de etnografia multiespécies (Kirskey e Helmreich, 2010; Sússekind, 2018) e os dados foram coletados entre 2016 e 2019, compreendendo a região entre o município de Poconé e a localidade de Porto Jofre. Este artigo se insere no panorama contemporâneo de revisão das relações entre espécies e se apoia na teoria dos Estudos Animais (Mello, 2012; Bekoff, 2010). Por isso, utilizo um referencial teórico interdisciplinar que promove o diálogo entre diferentes áreas, entre elas antropologia, sociologia, comunicação, biologia e etologia cognitiva.

Na primeira parte, apresento informações obtidas durante a pesquisa de campo e discuto as relações entre os atores no turismo da região a partir da classificação dos animais silvestres como trabalhadores. Na segunda parte, argumento que a adequação dos animais às atividades de turismo de observação lhes garante uma rede de proteção relativa, mas tal posição camufla assimetrias numa relação que, apesar de calcada na liberdade, cria situações de vulnerabilidade para os animais não humanos e evidencia que o respeito à vida das outras espécies permanece ligado ao seu valor de uso. Nas considerações, aponto a importância de se buscar um novo modelo de convivência entre animais humanos e não humanos no turismo, levando em conta os perigos ligados a interações negativas, especialmente aquelas que venham a afetar turistas.

As atrações de lazer baseadas em aprisionamento de animais silvestres vêm enfrentando um forte processo de revisão. Nas últimas décadas, o novo movimento de proteção animal conseguiu aumentar a sensibilização sobre a crueldade em atrações como circos e zoológicos. Mas David A. Fennel (2016) aponta que, apesar de os animais não humanos estarem envolvidos, de um modo ou de outro, como trabalhadores ou objetos em praticamente todas as atividades turísticas, há pouca reflexão sobre esses usos. O autor indica ainda que os teóricos do turismo se concentram principalmente no conceito de bem-estarismo e que as relações de trabalho entre espécies são aceitáveis desde que se cuidem das necessidades físicas e psicológicas dos animais não humanos. No turismo de vida livre é pouco comum se refletir sobre tais condições. Especialmente porque a questão das relações de trabalho entre animais humanos e não humanos na sociedade contemporânea é geralmente ligada aos conceitos de coerção e domesticação. De um lado, há as espécies exploradas como ferramentas. De outro, animais de “serviço”, como cães-guia. São domínios em que subjaz a ideia da submissão (Arluke e Sanders, 1996).

Numa sociedade em que cada vez mais camadas populacionais vivem afastadas do que se convencionou chamar “natureza” e em que racionalidades colonialistas impõem a desvalorização de saberes tradicionais (Shiva, 2002), o conceito de “parceria” entre animais humanos e não humanos parece obscurecido. Para o senso comum, animais de serviço estão integrados ao nosso círculo de consideração moral (Singer, 2010) e atuam na chave do afeto – apesar de seu trabalho ser criticado por grupos abolicionistas como uma forma de opressão. Já os animais da pecuária, especialmente entre grupos urbanos ocidentalizados, seriam objetos, despidos de subjetividade a partir de estratégias de racionalização explicitadas por Carol J. Adams (2012) e Melanie Joy (2014). Neste cenário, talvez seja difícil lembrar que, nós, humanos, evoluímos em regimes de cooperação com outras espécies (Mello, 2012). Jocelyne Porcher (2014) vai além e considera que, sem os relacionamentos com os animais, a categoria “humano” não existiria.

Yet above all, living with animals signifies working with them. The question of work is not a theoretical anecdote, it is at the heart of our lives and of the relations that we maintain with domestic animals (cows as well as dogs), and with certain “wild” animals, at work in animal parks, zoos, and circuses. (Porcher, 2014, p. 2)

É válido notar como os animais chamados de *selvagens* pela autora se encontram num ambiente de confinamento. Mas o que dizer daqueles que “fogem” do nosso controle? As espécies envolvidas no turismo de vida livre não estabeleceriam relações de trabalho por não estarem coagidas ou por não serem domesticadas? A partir destas reflexões, busquei identificar como o trabalho entre espécies aparece no turismo do Pantanal e discutir as implicações desses relacionamentos.

O trabalho animal no turismo do Pantanal

Os destinos turísticos de observação de animais livres geralmente são considerados eticamente corretos e vendidos como livres de sofrimento. Uma percepção que pode esconder conflitos. Reinaldo Dias (2008), por exemplo, afirma que a contemplação de baleias selvagens gera lucros bilionários e ajuda a manter a proibição à caça em várias partes do mundo. No entanto, estudos demonstram que o barulho dos barcos diminui a eficácia do sonar dos mamíferos em até 99 % e prejudica sua busca por alimento. É tão grave que o turismo pode ser tão nefasto quanto a caça (Dias, 2008). No Brasil, o nado com botos cor-de-rosa resulta em danos para os animais, que sofrem com feridas no queixo e nas nadadeiras, pois os guias precisam manipular essas partes dos seus corpos para mantê-los fora d’água (Daly, 2019).

No Pantanal mato-grossense, os pacotes turísticos são divulgados como livres de crueldade. Na fase de aquisição, os clientes são avisados de que o encontro com outras espécies não é garantido. Os animais aparecem conforme a própria vontade. Hotéis e guias apenas oferecem itens que favorecem os encontros: transporte, localização e conhecimento sobre o bioma. O discurso de liberdade reforça, para muitos turistas, o caráter eticamente orientado de sua opção de lazer. A maioria, contudo, desconhece características ecológicas marcantes do bioma (Baptistella, 2020), como o pulso de inundação: alternância anual entre cheia e seca que determina variações na distribuição espacial dos animais não humanos (Mistch e Gosselink, 2007). Essa configuração permite, especialmente quando as águas baixam, a visualização de uma infinidade de espécimes, entre aves, répteis e mamíferos, favorecendo as atividades turísticas. Na região de Poconé, o turismo de vida silvestre se configura a partir de transformações pós-produtivistas do ambiente rural (Ratamaki e Peltola, 2016), que passa a ser reconfigurado para a prática. As atividades gravitam em torno da observação de fauna e as opções mais comuns de passeios são contemplação em barcos e veículos adaptados, trilhas e mirantes.

Foi possível perceber que os turistas orientavam suas expectativas pelo que já haviam visto na mídia, caracterizando o que John B. Thompson (2011) chama de mundanidade mediada: a interpretação do que está fora do alcance da experiência pessoal é modelada pela mediação de formas simbólicas. Mas as expectativas muitas vezes não se cumpriam, especialmente na cheia, quando os animais se dispersam pela planície e a visualização é mais difícil. Se a ideia de liberdade era valorizada pelos visitantes, a ausência de espécies provocava frustração e até mesmo revolta. Guias e profissionais do turismo não estão alheios a esta contradição. Por isso, conforme me explicou o guia G₁,² conhecer bem o ambiente e os animais é fundamental:

Tem coisa que parece mágica pro turista. Fala assim: “nossa, chamou e o macaco veio!”, “como que viu o coelho no meio desse mato?”. A gente tá aqui todo dia. Sabe onde vai ter jacaré. Sabe o lugarzinho que costuma ter tachã. Esses bugio (sic) mesmo, tá mais ou menos por ali nesse horário sempre. Então não cai do céu. A gente conhece, vive com eles.

Há mais estratégias que respondem à demanda dos turistas por encontros com outras espécies e em duas delas – o estímulo à permanência dos animais e a ceva – encontrei menções frequentes à condição dos animais não humanos como trabalhadores. A primeira se caracteriza por estabelecer uma população de animais que chamei de *residentes*. Através da oferta de ambiente propício, os estabelecimentos contam com conjunto de espécies que habita seu entorno e aparece recorrentemente. Os empresários também criam um contexto para que os animais se fixem nas propriedades: ausência de cães, lagos artificiais, reforço de espécies nativas que atraem certos bichos

2 A identidade dos informantes foi protegida para preservar seu anonimato. Identifiquei os guias pela inicial G e por um número em seguida.

são modos de atração. Dependendo do empreendimento há *moradores* de fácil visualização como tuiuiús, emas, araras-azuis, capivaras, veados, lobinhos, jacarés-do-pantanal, tamanduás-bandeira, entre outros.

Estes animais que convivem bem com a presença humana são chamados de habituados. No caso de diversas espécies, é um processo natural, na medida em que os hotéis estão dentro dos seus habitats e oferecem ainda boas condições de segurança, por serem áreas sem caçadores. Nesse caso, muitos guias defendiam que a proximidade era benéfica para “os dois lados” e posicionavam os animais não humanos como trabalhadores. Para eles, a consciência dos animais era um fato demonstrado pela cooperação: isso comprovava que os animais reconheciam a rede de proteção que recebiam e atuavam para mantê-la. O guia G2 definia assim:

Se não fosse pelo turismo talvez nem tivesse (sic) mais vivos, né? Acho o melhor isso, que é uma coisa que não faz mal para ninguém. Não machuca os bichos, é bom para os moradores. O animal não é burro, ele sabe que é bom para ele.

A habituação, no entanto, muitas vezes está interligada com a ceva: “uma complementação alimentar fornecida a animais silvestres com o objetivo de habituá-los a frequentar determinado lugar” (Macedo, Barbi, Branquinho e Bergallo, 2016). Ela está relacionada com práticas adotadas por caçadores, que depositam alimento em certos pontos para atrair presas. No turismo, é apontada como nociva, pois muda os hábitos dos animais e os deixa em situação de vulnerabilidade. Conforme o guia G1 sublinhava, um animal que não tem medo de humanos tem mais chances de sofrer nas mãos de alguém mal-intencionado. Além disso, ela pode estimular conflitos, pois quando um grande carnívoro passa a associar humanos à oferta de alimentos, há risco de acidentes. Durante a pesquisa de campo, um famoso guia precisou replantar dois dedos após ser mordido por um jacaré quando oferecia carne para outro animal.

Na primeira década do século XXI,³ percorri diversos hotéis do Pantanal nos quais a ceva era uma forma de promover a interação com clientes, inclusive possibilitando fotos de turistas “acariciando” jacarés. As onças-pintadas de Porto Jofre, que toleram bem a presença dos visitantes e constituem, hoje, a maior atração da região, são “herdeiras” da prática. Seus pais foram habituados a partir da ceva ofertada por pescadores no início do século e ensinaram aos filhotes quais grupos humanos não representam perigo.⁴ Contudo, episódios de conflitos e um

3 O presente trabalho se concentrou entre os anos de 2016 e 2019, contudo entre os anos 2004 e 2015 fiz diversas viagens ao Pantanal para coleta de informações, que foram registradas em caderno de campo. As informações deste período foram inseridas aqui para efeito de comparação com o modelo de turismo praticado atualmente.

4 As onças-pintadas que atuam no turismo toleram os grandes agrupamentos de barcos ou carros que transportam turistas. No entanto, fogem de humanos a cavalo e de barcos sozinhos, pois os associam à caçadores (Baptistella, 2020).

ataque de onça que resultou na morte de um pescador acenderam um alerta sobre a prática (Arini, 2009). Por isso, o Governo do Estado criou uma regulamentação para a observação de onças-pintadas que proíbe a ceva. A prática teria ficado “queimada” segundo vários profissionais e muitos hotéis passaram a proibi-la ou negar sua existência.

Mas a ceva persiste em alguns locais e pode ser determinante para a experiência turística. Numa ocasião, passei horas na mata e apareceram poucos macacos-prego. Em outro local, com a presença da ceva, os macacos se fizeram presentes em poucos minutos. Nesse passeio, o guia G3 vocalizava para chamar os animais e depois oferecia o alimento. Quando falei sobre a pesquisa, pediu para que eu não desse detalhes que permitissem revelar sua identidade ou o local em que estávamos, porque:

O povo anda muito chato com essa coisa de ceva. Ceva isso, ceva aquilo. Não é assim desse jeito que falam. Isso é um trabalho do bicho também. O turista quer ver, o bicho vem. Aí tem que vim (sic) a troco de nada? É um agrado. Eu recebo meu dinheiro, o macaco tem que receber alguma coisa. Daí, parece até que é um leão, que vai matar alguém. Eu coloco até umas frutas lá na frente, o pessoal vendo os macaquinhos, todos feliz (sic). A senhora é dessas também, que fica achando ruim? Porque eles merecem. Eu acho que eles merecem, porque eles vêm, todo mundo tira foto. A senhora mesmo tirou foto.

A ceva também faz parte da performance (Ratamaki e Peltola, 2016) de alguns guias. A interação é muito apreciada por turistas e há profissionais que se destacam justamente por sua “intimidade” com os animais. Nesse ato, o guia chama o animal pelo nome, consegue tocá-lo e estabelece até mesmo diálogos. Muitas vezes chamados de encantadores de animais, eles usam alimentos como fator de atração. Os turistas raramente reconhecem a ceva como prejudicial. Pelo contrário, ela é vista como uma forma de cuidado e índice de confiança entre espécies. Para os visitantes, o animal que é reconhecido como indivíduo passa a ser visto como um equivalente aos pets de seu cotidiano. Um bom exemplo é o tuiuí Tafarel, que passa o dia sobre um flutuante recebendo peixes dos turistas. Ele é tratado com expressões afetuosas e muitos tentam chamar sua atenção usando vocalizações comuns àquelas direcionadas à cães e gatos.

Assim, a relação de trabalho entre espécies no turismo tinha na ceva o pagamento justo por um serviço prestado ou uma forma de cuidado. Apesar de alguns profissionais a considerarem prejudicial, outros se ressentiam da proibição. Entre funcionários dos hotéis e pousadas imperava a segunda opinião. A insatisfação costumava ser manifestada com linguagem corporal. Apesar de afirmarem seguir as determinações dos administradores, faziam “cara feia” ou sacudiam as cabeças em negativa enquanto falavam do assunto. A ordem de interromper a ceva era vista como uma imposição da qual não poderiam recorrer, mas com a qual não

necessariamente concordavam. Era forte a noção de que alguns animais não humanos mereciam ser pagos por suas aparições. Uma funcionária de hotel verbalizou:

Eles estão aqui gastando o tempo deles. A gente gasta o tempo e pagam a gente. Daí, o bicho para ficar aqui tem que ter alguma coisa. Eles não vão ficar aqui, gastando o tempo deles sem ter nada em troca, por que eles precisam comer. Vão ficar aqui de graça, que horas que vão comer?

Em entrevistas com moradores da região, encontrei casos de animais que se aproximam de certa forma do que Felipe Vander Velden (2011) chama de familiarizados. São animais silvestres que convivem cotidianamente no raio das propriedades. Nesse contexto, a partilha de alimento é vista como natural. O mesmo ocorre em algumas pousadas, em que se oferecem sobras como forma de “ajudar” animais em períodos de carestia. Assim, a questão da ceva é delicada por envolver diferentes visões de mundo e uma disputa de discursos em que todos afirmam querer o que é melhor para os animais não humanos. A profissionalização do turismo, os acidentes envolvendo a prática e as novas sensibilidades em relação aos direitos dos animais aumentam a complexidade do debate e trazem questionamentos sobre a própria natureza do trabalho animal nesse segmento econômico.

Liberdade restrita: a expressão de comportamentos naturais e os riscos das interações negativas

O turismo no Pantanal é simbolicamente representado como uma narrativa de convivência harmônica entre espécies. No âmbito da pesquisa, os animais não humanos foram considerados actantes (Latour, 1994) e sua cooperação, reconhecida como essencial. Entre os profissionais entrevistados é consenso que eles identificam situações de perigo e estão livres para se afastar daquilo que pode lhes prejudicar. Quando a relação de trabalho traz constrangimentos, como no caso dos filhotes de jacaré que são tirados da água e imobilizados para fotos, a situação é vista como um sacrifício em prol da “preservação”: o animal está sofrendo, mas as imagens vão estimular na sociedade o discurso de proteção em relação à espécie.

O problema de o animal ficar “bobo” e parar de buscar alimento por conta própria foi também reconhecido e citado por guias. Já os perigos da aproximação de humanos mal-intencionados quase não são admitidos. Diante da menção do fato de que vivemos num país em que a liberação da caça é cada vez mais iminente, os trabalhadores humanos sempre argumentam que ali não há risco, pois os animais estão protegidos pela própria comunidade local. Contrariando tal discurso, avistei dois jacarés mortos a tiros na Transpantaneira e, em 2019, uma onça-pintada foi encontrada morta, com um tiro na cabeça, dentro da reserva do

Sesc Pantanal. Também recolhi diversos relatos sobre uma ariranha cevada que foi morta em Porto Jofre, em julho de 2018, ao subir num barco. Alguns informantes diziam que seu comportamento assustou um pescador que a matou a pauladas. Outros afirmavam que o animal foi morto a facadas como parte de uma brincadeira.

Hoje, no nível do discurso, a ceva é considerada uma má prática e muitos hotéis não admitem a atividade. A proibição se apoia na esfera das ciências biológicas, que apontam alterações de comportamento nocivas para os animais não humanos. Na prática, nos locais em que ainda ocorre, a ceva é justificada a partir de argumentos que tanto incluem o animal não humano como elo de uma cadeia produtiva quanto como ato ligado à amizade, confiança e afetividade – elementos que, inclusive, fazem parte de relações de trabalho entre espécies (Mello, 2012). Porcher (2014) sugere que os animais de criação precisam ser integrados ao domínio das ciências sociais pois é nele que a subjetividade dos animais se destaca e isso abre caminho para novas formas de relação. Os trabalhadores animais do turismo de vida livre, apesar de não domesticados, também merecem essa inserção, como forma de aprofundar a discussão sobre o sofrimento que não é percebido durante as atividades turísticas. Sua cooperação durante as observações lhes garante uma segurança relativa, uma chance de existir em meio à crescente pressão sobre seus meios de vida. As onças de Porto Jofre são a prova inequívoca disso. Apesar de ainda serem mortas em fazendas devido à predação de rebanhos, ali elas se transformaram em ativo econômico e, por isso, não são molestadas. Não por acaso, a propaganda de um hotel advoga que no estabelecimento “a onça vale mais viva” – frase repetida à exaustão por trabalhadores da região. A ariranha, espécie refratária à presença humana, também começa a tolerar barcos de turistas pois o custo de se transferir para outros territórios é muito alto (Baptistella, 2020).

Conforme demonstra Luisa Fanaro (2020), o status dos animais pode variar conforme seu grau de submissão ao controle humano. No Pantanal, se adequar à atividade turística é a forma que os animais silvestres estão encontrando para sobreviver. No contexto dessa pesquisa isso claramente inclui sua incorporação na esfera que Arnold Arluke e Clinton Sanders (1996) chama de “bons animais”: sua subordinação surge tanto por cooperarem no trabalho quanto por sua adequação ao imaginário de animais de estimação; pacíficos e até dóceis, não é raro serem comparados a pets pelos turistas.

Mas é no comportamento que se encontra um nó. Quem pagaria a conta de um incidente de interação negativa envolvendo um animal e um turista? Nas Ilhas Fraser, por exemplo, dingos que atacaram humanos foram exterminados apesar de os turistas terem sido os responsáveis por desrespeitar as normas de observação (Burns, 2016). No Pantanal os animais experimentam a liberdade de ir e vir, mas ainda é preciso perguntar sobre a liberdade de

expressar agressividade, irritação – sentimentos comuns a todos nós, mas que para eles podem significar a diferença entre vida e morte. Afinal, muito se fala sobre animais não humanos habituados aos humanos, mas pouco se pensa no contrário, que os humanos também se adaptam e adquirem condutas específicas na convivência com animais. Guias e moradores locais são habituados. Os turistas, geralmente, não. Para um humano habituado, certos comportamentos, como um arranhão, não adquirem tons dramáticos. Conforme me disse um guia: “o bicho também acorda de ovo virado, né?”. No caso dos humanos não habituados o território é nebuloso e os resultados de uma interação negativa quase sempre resultam em prejuízos proporcionalmente maiores para os animais não humanos.

Donna Haraway (2008) aponta caminhos para convivermos com as outras espécies dentro de um panorama de responsabilidade – algo que as correntes abolicionistas repudiariam, por admitir a manutenção do sofrimento dos animais não humanos. No entanto, sua proposta é consistente com um ponto em que não podemos mais dar aos outros bichos tudo que lhes foi tirado, mas em que também é inegável que eles têm direitos e que esses direitos precisam ser legalmente reconhecidos e respeitados. O que a autora chama de “graus de liberdade” pode ser vivenciado de forma mais ampla no trabalho animal turístico em vida livre, mas as assimetrias persistem e precisam ser alvo de reflexão constante.

Considerações

Reconhecer os animais não humanos como trabalhadores no turismo de vida livre é também admitir sua cooperação, agência e individualidade. Isso é importante pois o reconhecimento dos animais como indivíduos é uma das chaves para lhes garantir direitos (Bekoff, 2010). A ceva, no entanto, traz riscos altos para determinadas espécies, como grandes carnívoros. Haraway (2008) defende que precisamos tornar a consideração ética permanente no que chama de “uso desigual” das espécies. Seu trabalho envolve o emprego de animais não humanos como cobaias, mas é possível transpor a reflexão para o turismo: a exploração dos animais não humanos deve envolver um tipo de responsabilidade que não permita a acomodação dos humanos num certo tipo de conforto moral – o cálculo da soma de benefícios é um sedativo poderoso em que o “sacrifício” imposto aos animais não humanos é até mesmo romantizado. Em vez de se considerar fora da matança, seria mais importante assumir a complexidade dessas relações e buscar maneiras de tornar essas vidas significativas (Haraway, 2008).

Aqui, sugiro que o atual modelo deve ser visto como valioso no contexto da preservação das espécies, mas encarado como transitório. Um terreno em que as sementes de novas formas de

relação sejam cultivadas. Os animais não humanos estão adotando mudanças extremas para continuar sobrevivendo. Os humanos do turismo de observação animal não poderiam dar um passo também na construção de um novo formato? Precisamos realmente das interações que tornam a expressão do comportamento natural um risco para os indivíduos? São muitas perguntas e muitos problemas estabelecidos. A maioria dos trabalhadores compreendem as assimetrias da prática, mas se ressentem de um repúdio e proibição a uma atividade que também é representativa dos laços de afetos e do reconhecimento pela cooperação.

Temos, assim, a constatação de que relações de trabalho entre espécies no turismo do Pantanal são admitidas e estão em plena reconfiguração. Contudo, é impossível prever cenários pois uma reviravolta está em andamento. Em 2020, durante os incêndios que consumiram 30% do bioma, milhares de animais morreram queimados ou de inanição. Outros milhares sobreviveram justamente devido à oferta de alimento feita por humanos. Em 2021, é a seca extrema que vem comprometendo a existência de inúmeras espécies. Desde agosto do corrente ano, entidades governamentais – como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – e organizações da sociedade civil – como o Grupo de Resgate de Animais em Desastre e a Ampara Silvestre – estão se mobilizando diariamente para oferecer alimentação e cuidados a animais não humanos debilitados pela fome e pela sede (Barbosa, Del Vecchio e Schlickmann, 2021). A ceva passou a ser admitida como forma de salvar aquelas populações de animais. Um ato solidário, mas que já começou a reconfigurar comportamentos: animais de observação raríssima, como iraras e antas, passaram a ser vistas nas dependências de locais que oferecem comida para as vítimas da tragédia ambiental. Os efeitos dessa nova dinâmica nas relações entre animais humanos e não humanos no turismo apenas começam a se desenrolar.

Referências

- ADAMS, C. J. (2012). *A política sexual da carne*. São Paulo: Alaúde Editorial.
- ARINI, J. (2009, abril). O alto preço de ver uma onça na natureza. *Época*, (570), 27.
- ARLUKE, A., e SANDERS, C. (1996). *Regarding animals*. Philadelphia: Temple University Press.
- BAPTISTELLA, E. (2020). *Animais não humanos e humanos no turismo do pantanal mato-grossense: da representação midiática ao encontro* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea.
- BARBOSA, L., DEL VECCHIO, V. e SCHLICKMANN, G. (2021). Pantanal: resgate de jacarés e o fim deste blog. *O Eco*. Disponível em <<https://www.oeco.org.br/noticias/luta-contra-a-fome-e-a-sede-realidades-duras-enfrentadas-pela-fauna-pantaneira/>>.
- BEKOFF, M. (2010). *A vida emocional dos animais: alegria, tristeza e empatia nos animais*. São Paulo: Cultrix.

- BURNS, G. (2016). Animals as tourism objects: ethically refocusing relationships between tourists and wildlife. Em K. MARKWELL (Org.), *Animals and tourism: understanding diverse relationships* (edição eletrônica). Bristol: Channel View.
- DALY, N. (2019, junho). The wildlife we see, the suffering we don't. Em *National Geographic*, 235(6): 44-77.
- Dias, R. (2008). *Sociologia do turismo*. São Paulo: Atlas.
- FANARO, L. (2020). The domestic, the wild and its interstices: what a dog can do in Tierra del Fuego. *Vibrant*, 17(1), 1-22.
- FENNEL, D. (2016). The status of animal ethics research in tourism. Em K. MARKWELL (Org.), *Animals and tourism: understanding diverse relationships* (edição eletrônica). Bristol: Channel View.
- HARAWAY, D. (2008). *When species meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- JOY, M. (2014). *Porque amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas: uma introdução ao carnismo*. São Paulo: Cultrix.
- KIRKSEY, E., e HELMREICH, S. (2010). The emergence of multispecies ethnography. *Cultural Anthropology*, 25(4), 545-576.
- LATOUR, B. (1994). *Jamais formos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34.
- MACEDO, J., BARBI, R., BRANQUINHO, F., e BERGALLO, H. (2016). Controvérsias entre a Amazônia rural e a conservação: um estudo sobre a rede sociotécnica nas Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã no Amazonas. *Anuário Antropológico*, 41(1), 99-121. <https://doi.org/10.4000/aa.1698>
- MELLO, M. (2012). *Animals and Society: an introduction to human-animal studies*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- MITSCH, W., e GOSSELINK, S. (2007). *Wetlands*. Toronto: Wiley & Sons.
- PORCHER, J. (2014). The work of animals: a challenge for Social Sciences. *Humanimalia: A Journal of Human-Animal Interface Studies*, 6(1), 1-9. Disponível em <<https://hal.inrae.fr/hal-02630023/document>>.
- RATAMAKI, O., e PELTOLA, T. (2016). Drama over large carnivores: performing wild life tourism in a controversial space. Em K. MARKWELL (Org.), *Animals and tourism: understanding diverse relationships* (edição eletrônica). Bristol: Channel View.
- SHIVA, V. (2002). *Monoculturas da mente*. São Paulo: Gaia.
- SINGER, P. (2010). *Libertação animal*. São Paulo: Martins Fontes.
- SÜSSEKIND, F. (2018, abril). Sobre a vida multiespécies. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (69),: 159-178. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rieb/a/QGfsZZN9GhBwP437fYhqgGw/?lang=pt>>.
- THOMPSON, J. (2011). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes.
- VANDER VELDEN, F. (2011). Antas dos brancos, veados grandes, onças de criação. *Comciência*, (134), 1-5. Disponível em <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011001000009&lng=es&nrm=iso&tlng=es>.